
**AS OBRAS DOS MEMORIALISTAS PARAIBANOS E A INSTRUÇÃO PÚBLICA E
PARTICULAR NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE (1822-1864)**

Maday de Souza Morais

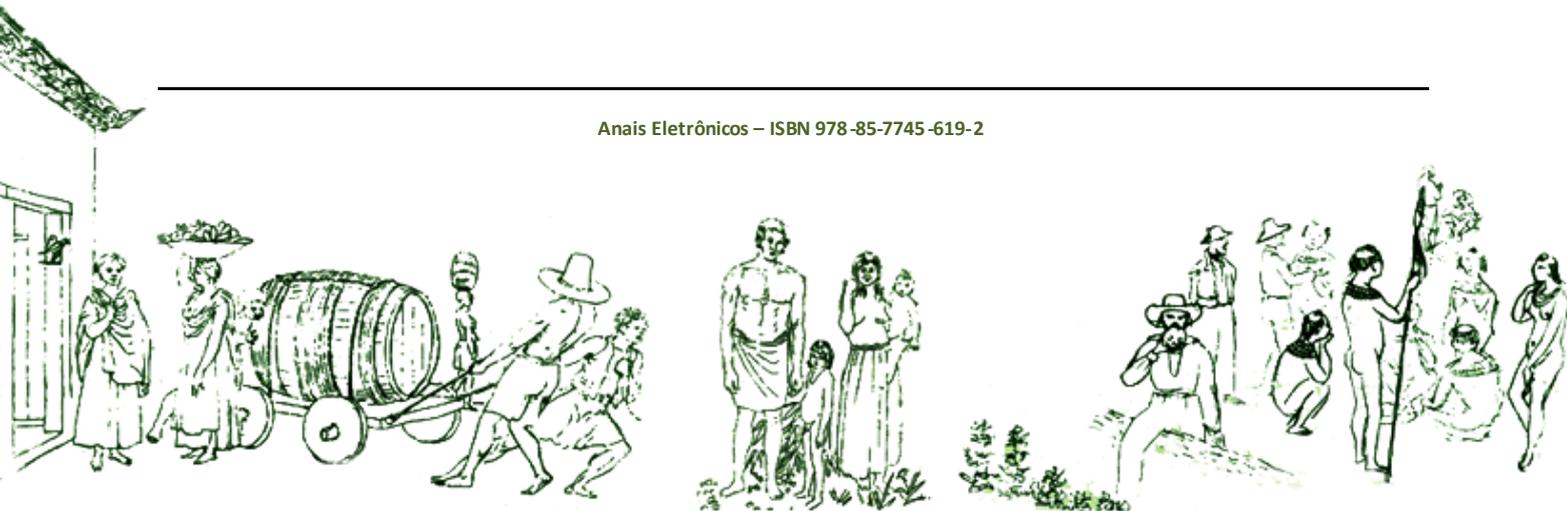
Graduanda em História – Universidade Federal da Paraíba
madamatrix@hotmail.com

Cláudia Engler Cury

Professora Orientadora (PPGH) – Universidade Federal da Paraíba
claudiacury@terra.com.br

Este trabalho tem como finalidade apresentar através da obra de memorialistas a instrução oitocentista, fazendo breves conexões com a produção da escrita na documentação oficial e as interfaces com fontes como os jornais¹ da época. É importante ressaltarmos o poder desta na manutenção de uma sociedade que estava em processo de formação, com as influências das ideias liberais e do sentimento de identidade nacional² - o que levaria em 1889 a mudança para o regime republicano, carregado pelas motivações de *ordem* e *progresso* para a recente nação do Brasil.

As obras dos memorialistas, diante da proposta de se trabalhar a história da educação na província paraibana, apresenta alguns dados interessantes para a composição de uma história comparativa trabalhando as sete cidades que selecionamos para nosso estudo por meio de obras de memorialistas que tratam da história dos municípios e que garimpamos informações sobre a educação oitocentista, são elas: Areia (1980), Caiçara (1990), Campina Grande (1998), Mamanguape (1986), Patos (2003), Sapé (1985) e Bananeiras (1996, 1997, 2003, 2007). Ao longo do desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica concluída recentemente em agosto de 2010 percebemos alguns traços que se repetiam em todas as produções, tais como: o perfil de obra como fundamental para a compreensão e enriquecimento cultural da região, sendo esta, na maioria das vezes, produção de órgãos governamentais como a prefeitura, por exemplo; a utilização de um recorte abrangente geralmente do período colonial à era contemporânea; a apresentação de imagens como mapas, locais públicos e hinos da cidade; o espaço dedicado aos



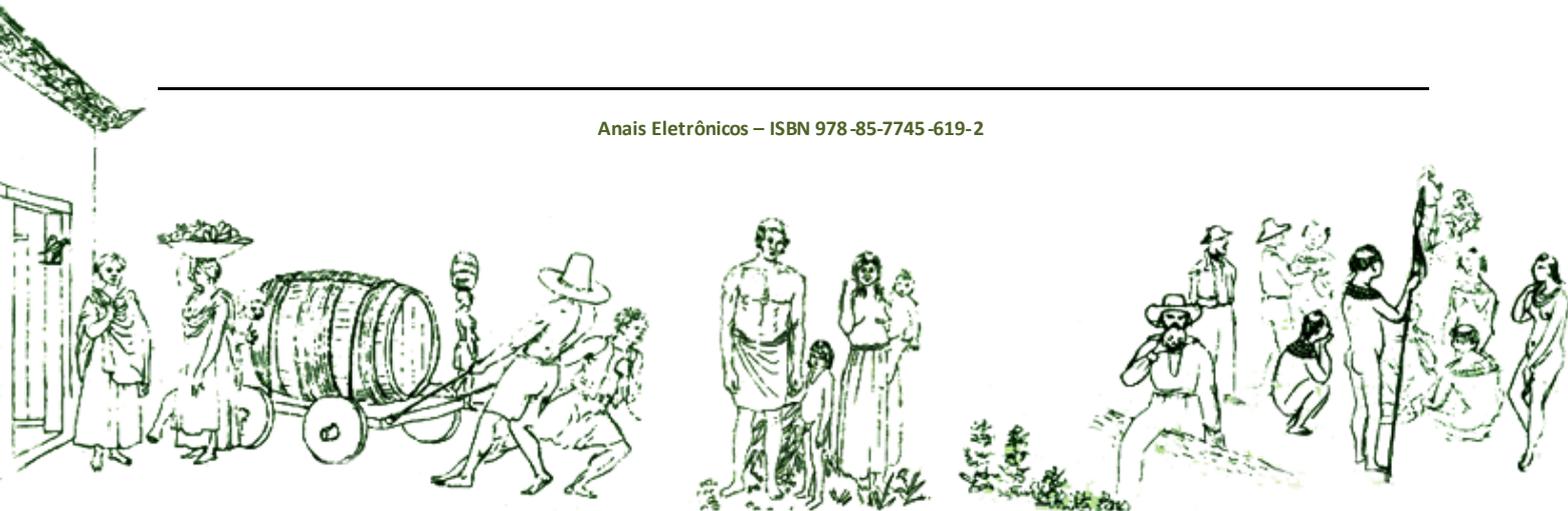
filhos da terra, formadores do legado cultural da cidade e colocados como indispensáveis ao crescimento local; a consagração de datas e lugares, etc.

Acerca dos assuntos de ordem educacional mais trabalhados pelos memorialistas estão a criação e supressão das cadeiras de primeiras letras e das cadeiras de latim; o quadro de freqüência do corpo discente; as nomeações, demissões e aposentadoria de professores, entre eles os padres-mestre³; a utilização do ensino misto; entre outros.

A importância da análise dessa produção é trazer à tona as características que perpassam sobre esses sujeitos históricos que desenvolveram a história dessas cidades, observando essas visões do oitocentos no universo da cultura histórica. Como nos assiste Braudel - com o tempo da longa duração e a manutenção das mentalidades -, o pensamento desses memorialistas servirá para a renovação de uma história vinculada à documentação oficial, perdurando muitas vezes, como a história dos grandes homens através da relevância das ilustres famílias dessas localidades, como nos demonstra Costa⁴ acerca da cidade de Mamanguape:

Nesse pedaço da terra paraibana, nessa florescente cidade, famílias das mais importantes, vindas de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, e a partir de 1870 emigrantes italianos, vindos em busca de um mundo de paz, ali se fixaram, aplicaram suas fortunas e passaram a viver e a construir uma nova pátria, criando-se desse modo uma sociedade seleta, das mais vigorosas e influentes da época. (Costa 1990, p. 59)

Percebemos que elites pertencentes a outras regiões adentravam os territórios da Parahyba do Norte e iam formando seus laços de parentesco e familiaridades para a afirmação e manutenção de sua autoridade diante das demais famílias. Dessa forma, formava-se o quadro do povo paraibano diante das disputas de conquista e poder entre esses abastados e o outro lado da massa populacional com os trabalhadores livres e pobres e os escravizados, que mantinham o sistema funcionando a favor dos primeiros. Essa maioria, afastada de seus direitos básicos para a mera sobrevivência, estaria desligada do mundo das luzes (o processo educacional) durante muito tempo, servindo muitas vezes como objeto de manobra para os interesses dessa classe 'superior'.

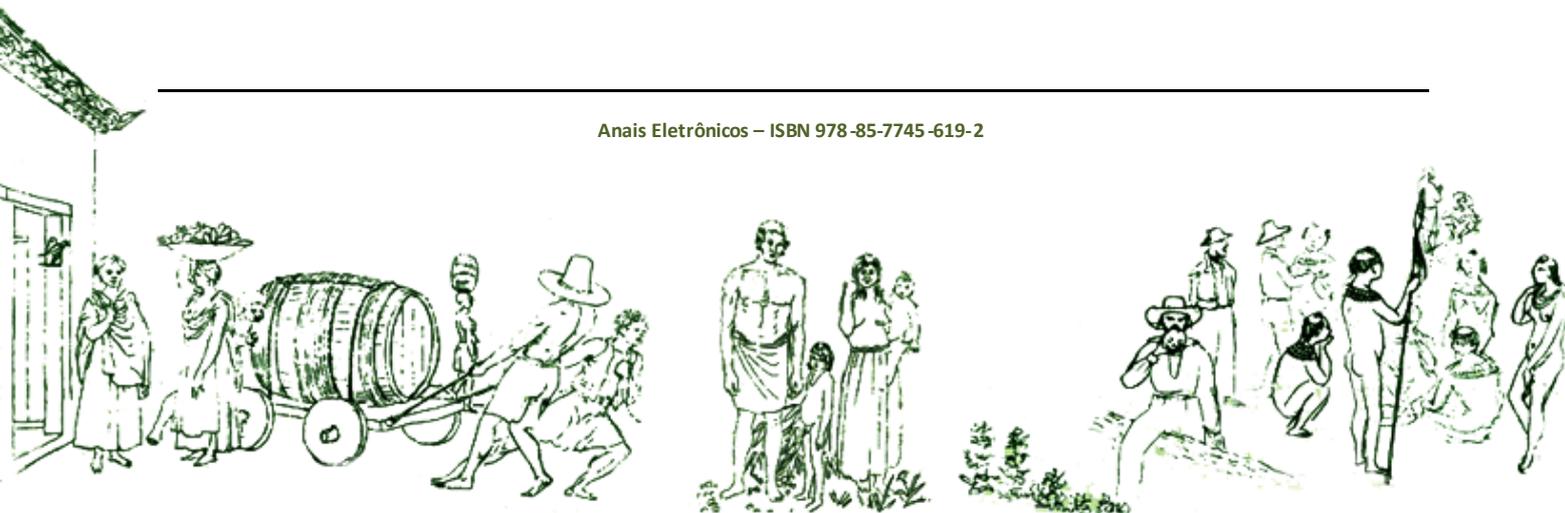


A construção dessas histórias vincula-se também ao meticuloso tratamento com as experiências de seus autores através de seus elos memoriais - a memória - que é um objeto transformador no trabalho histórico, sendo também alvo de engenhosas armadilhas ao longo do tempo, tendo em vista que reflete a ótica do depoente para com os acontecimentos ao seu redor. O acesso à memória e sua relação com a história é significativo na medida em que pode se levantar novas questões, rever conceitos e cristalizações do processo historiográfico, entre outros. Todavia, requer atenção para as entrelinhas que acabam monopolizando o entendimento de uma determinada sociedade, tendo em vista que a verdade e o passado estão sujeitos a diversas interpretações. Além da disponibilidade e intervenções das práticas memorialísticas, é necessário chamar a atenção também para a utilização das fontes nestas obras. Esta característica é objeto de destaque para as obras dos memorialistas, pois os mesmos, muitas vezes, não demonstram quais os materiais foram trabalhados. Uma citação bastante rica, que sempre utilizo na produção de trabalhos com os memorialistas, está na obra de Severino Ismael da Costa⁵, que diz:

Aqui devem ser encontradas falhas, reconheço. Nenhuma intencional. Pode haver informações imprecisas ou até deformadas. Erros naturais de revisão. Inevitáveis omissões. Nada preconcebido. Admito até que me tenham sonogado dados. Da minha parte o que fiz foi o registro verdadeiro do que chegou ao meu conhecimento para resgatar a memória (...) [COSTA 1990, p. 29]

O autor assim se coloca em posição de compreensão sujeita as mutações e silêncios dos acontecimentos históricos, destacando o seu papel de responsabilidade com a verdade para com o registro da memória e a utilização das fontes, entre as práticas do lembrar e do esquecer, como da dialética da memória e da história.

A atividade memorialística está cercada pelas barreiras da emoção, dos flashes de esquecimento, das diversas interpretações e leituras de mundo, das interconexões entre os acontecimentos, etc. é um trabalho que exige a atenção dobrada do pesquisador que tem a tarefa de atender a estas características, selecionando as fases do depoimento da forma mais coerente possível, considerando também as falhas ou incoerências das falas do depoente, pois muitas vezes, o relato proferido vai depender da forma que a pergunta foi realizada ou até mesmo a tentativa do



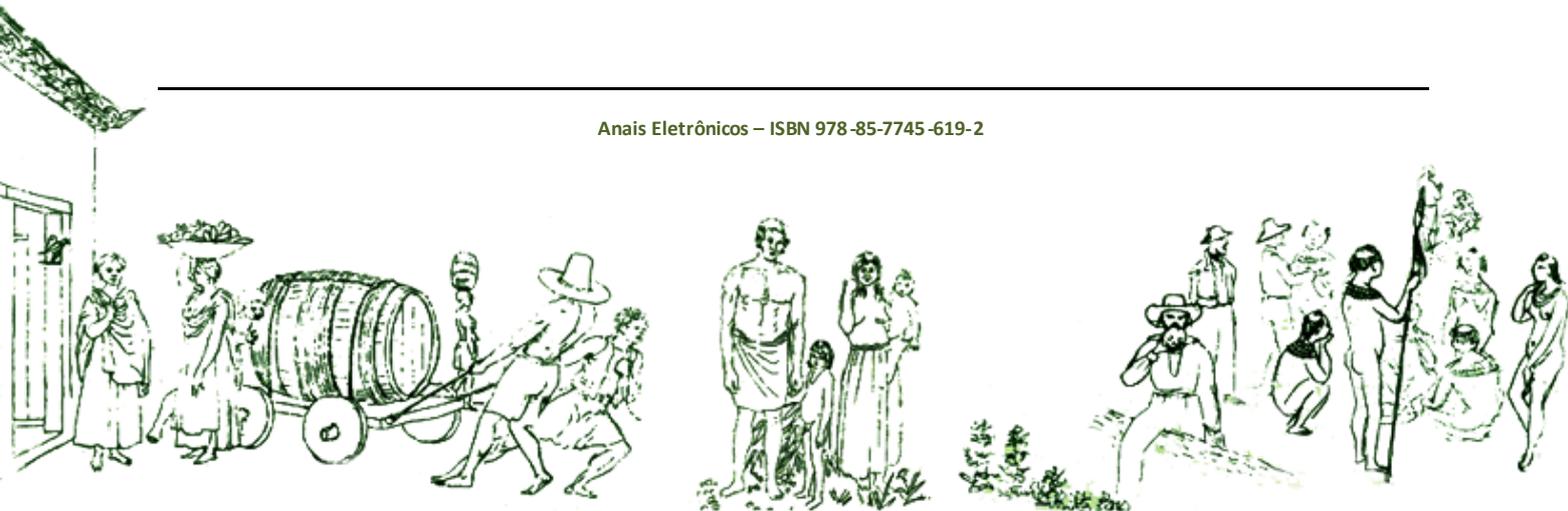
autor de impressionar o entrevistador, lhe dando a resposta que este queria ouvir, chegando a produzir um discurso que não condiz com os fatos reais ou ao menos a aproximação destes.

O modo de abordar o caráter subjetivo do relato indica também a atenção para o processo de leitura do entrevistador (demonstrando a sua posição social para com a fonte), que selecionará as partes do discurso de acordo com seus interesses, tendo em vista que todo posicionamento, por mais objetivo que seja, está na via contra da neutralidade, da parcialidade do pesquisador – qualquer escolha já é uma seleção, já é uma imposição. A memória como linguagem está sujeita as ondas de permanências e desaparecimentos que fortalecem ou não as bases da história tradicional exposta na documentação oficial.

Realçamos brevemente a discussão sobre significado histórico que estas obras possuem para a compreensão do “cotidiano” dessas cidades, tendo em vista que *resgatam* fatos de distantes temporalidades, e neste caso ressaltamos a importância do período imperial, onde a carência de fontes é significativa. Assim, através destes recursos (como também da pesquisa com os jornais) procura-se criar conexões entre o que já foi produzindo, contribuindo para a formulação de novas dúvidas, complementações, releituras e até mesmo de (des) construção da história oficial, que compõem a maior parte da produção historiográfica perpassando sobre os degraus da cultura histórica, como nos demonstra Elio Chaves Flores⁶:

(...) uma cultura histórica se evidencia quando as categorias de clérigos, profissionais e leigos tomam para si a cruzada da vulgarização e divulgação do que foi feito no passado, dando-lhe um sentido histórico. Avançamos, pois, no sentido de que a cultura histórica não pode ser uma exclusividade da narrativa dos historiadores, a historiografia. Ela tanto pode ser narrada pelo cronista, jornalista, cineasta, documentarista ou memorialista (...) [FLORES 2007, p. 96]

A imprensa como instrumento e como fonte foi apontada muitas vezes, como um simples veículo onde existiria a verdade maquiada ou um mero reflexo da realidade. Todavia, aborda-se a significância de tratar essa produção como mais uma forma de provocar questionamentos acerca da verdade repassada para a comunidade letrada, a população, a sociedade; o possível quadro de legitimação dos discursos e práticas políticas; a recepção desse mecanismo de expressão e reunião da opinião pública⁷; as práticas e os valores que refletiam o “peso da permanência”⁸ do



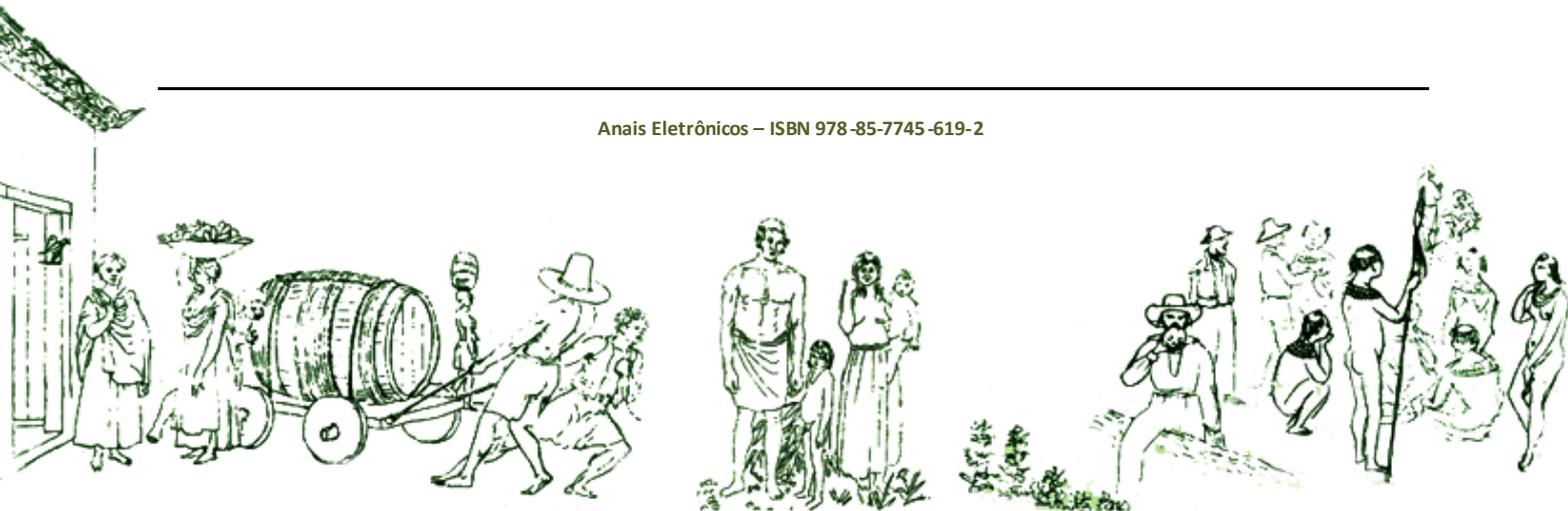
antigo regime; a participação religiosa neste espaço de comunicação que se tornava cada vez mais abrangente; entre outras.

Jornais como o Jornal da Parahyba; a Gazeta da Parahyba; A Regeneração; O Publicador; O Imparcial; A Opinião; A União Liberal; O Despertador; o Diário da Parahyba; e o Arauto Parahybano são exemplos dos materiais encontrados em arquivos nos quais se debruçaram as pesquisas vinculadas ao Grupo de História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO) como o Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP), na Fundação Espaço Cultural (FUNESC), etc. As notícias tratam acerca do cotidiano do corpo docente, o âmbito legislativo – como as leis e os decretos sobre o processo educacional e os currículos escolares -, as idéias de progresso para a nação através da educação, a relação de clubes e bibliotecas, os anúncios de livrarias, entre outras. Uma característica determinante é a utilização de pseudônimos ou o total anonimato das matérias, o que nos cabe decair sobre o corpo redacional como forma de conhecer um pouco mais acerca destes autores.

Os traços políticos dos jornais é um determinante para a sociedade, tendo em vista que estes foram utilizados constantemente como transmissores da ideia republicana que tentava se instaurar desde os primeiros movimentos revolucionários (1817 – a revolução dos padres, por exemplo). O redator ou o gazeteiro adentrava para o meio social considerado algumas vezes como uma manifestação perigosa, ou até mesmo como meio de apoio e colaboração ao governo (com a resistente influência luso-brasileira) e aos partidos da província paraibana.

O século XIX para a “América portuguesa”, resultante de três séculos de colonização, reflete um momento de múltiplas acelerações com a chegada da Corte no território brasileiro. Destaca-se o papel do Rio de Janeiro, receptivo desses formadores do estado imperial, que provocaria constantes mudanças nas diversas províncias brasileiras. O contexto social diante das relações imperiais estava remontado aos contatos entre as elites locais e regionais que controlavam as ligações econômicas e políticas.

O processo pelo qual a sociedade paraibana se inseria era o quadro da formação de vilas, a entrada das linhas ferroviárias com a chegada do trem⁹, a sua forte relação com a antiga capitania pernambucana e os moldes europeus¹⁰, entre outros. No plano educacional ela estava anexada

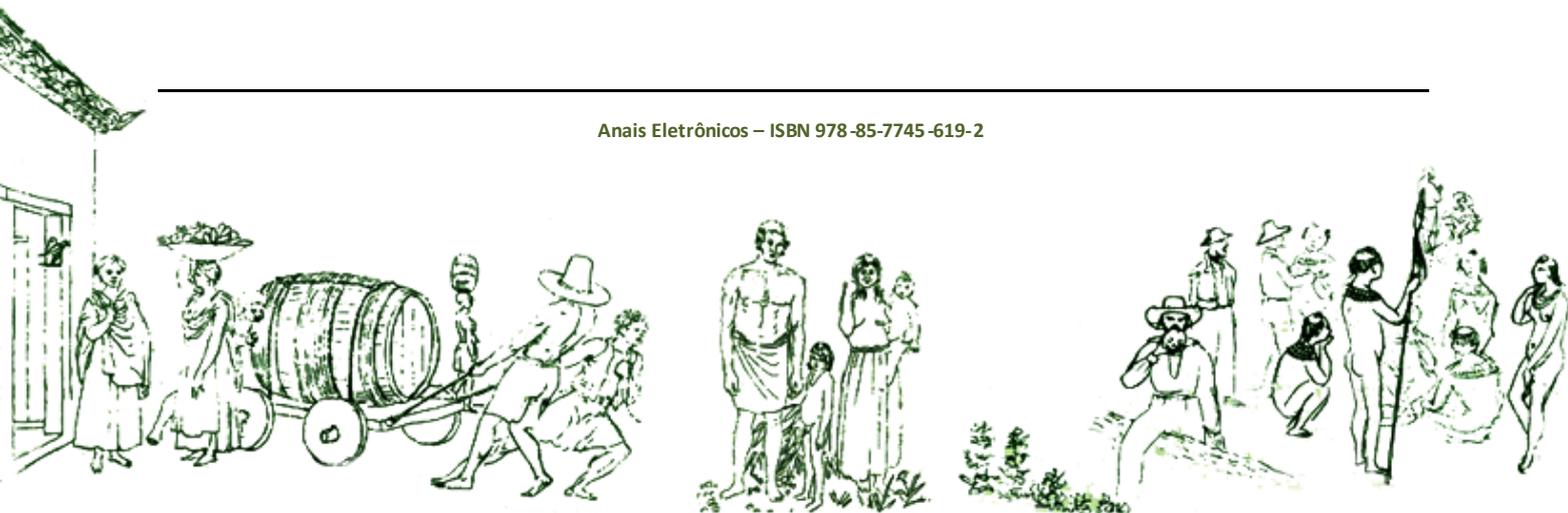


às criações de cadeiras de primeiras letras, a formação dos professores como “profissão secundária”¹¹, algumas construções que acabam estagnando com os momentos de crises (as secas e os entraves políticos/sociais como a Rebelião Praieira, as revoluções de 1817 e 1824, etc), como o fechamento de cadeira de primeiras letras “até que melhorem as finanças da Província”.¹²

Levando em consideração esse cenário paraibano do dezenove, procuramos revelar estas fontes como fundamentais ao condicionamento da cultura histórica, que aplica estas produções às diversas perspectivas, propagadora de revisões na produção historiográfica, alterando os modelos do movimento político, econômico e social, que entrelaçam o sistema educacional do oitocentos. O debate acerca da Cultura Histórica direciona a relação do processo histórico unido a reflexão regionalista e dos saberes históricos, envolvendo o particular e o individual, as práticas de recepção do que se é produzido, o desenvolvimento da cultura escolar, os referentes e as suas representações, etc.

A entrada das obras literárias no campo histórico, o universo das instituições escolares, os padrões interdisciplinares, a valorização do senso comum, o trabalho com as diversas mentalidades e com a memória coletiva, e a avalanche da história do tempo presente com a consecutiva abertura dos arquivos e a multiplicidade das fontes permeiam sobre esse sentimento da síndrome da “ciência da cultura”. Estas marcas são breves consequências do fervor do século XIX, com as tarefas da modernidade, a imprensa e a velocidade das informações alcançando localidades esquecidas pelo “progresso”.

Esses movimentos no campo historiográfico através do contexto de cultura histórica estão abertos ao campo das (re) significações, como também ao reconhecimento do saber de indivíduos que não são historiadores de ofício, dos contribuintes para o entendimento histórico através de seu trabalho com a memória, que reavivam os processos de dissolução e reconstrução caminhando para novos processos avaliativos com abertura a novas interpretações. Isso tudo contribui para o estabelecimento de novas conexões para o esclarecimento crítico histórico, fomentando a entrada das diversas identidades desses novos sujeitos e da utilização outros de suportes para a instituição do saber.



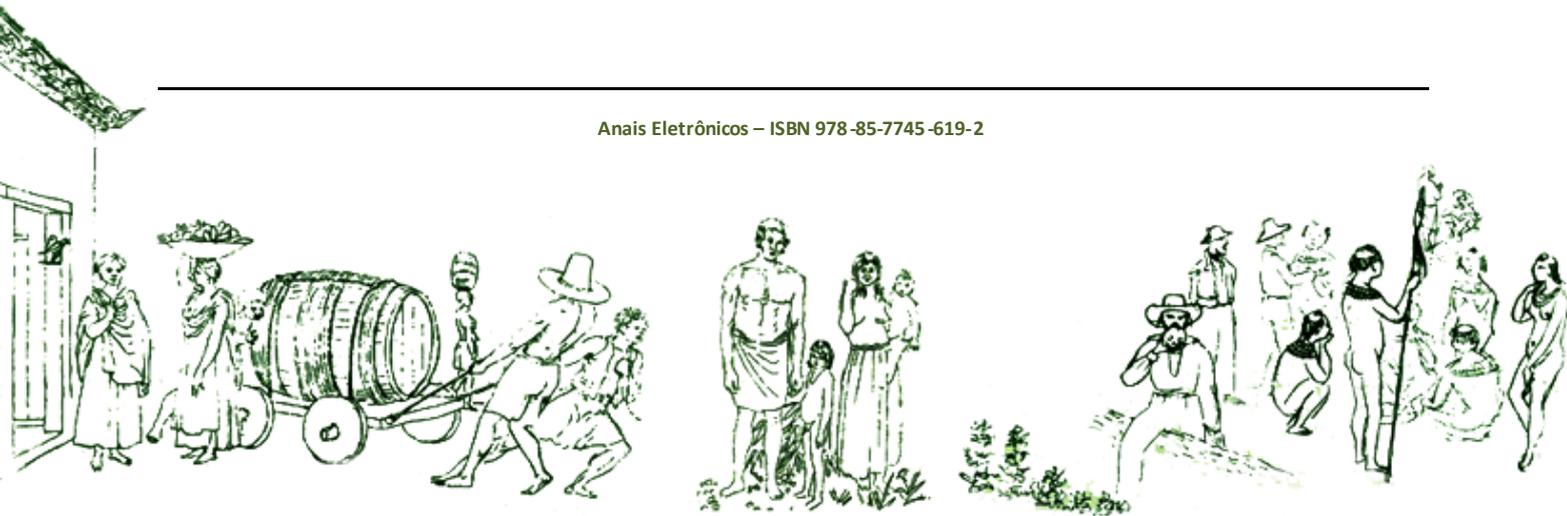
A exploração do tempo histórico para o espaço das revisitas dos fatos cristalizados pela historiografia permite um maior diálogo permitindo um resgate das histórias silenciadas e a melhor visualização das brechas oferecidas pela memória enquanto linguagem de elaboração e instrumento social. Não queremos debater sobre o aspecto da oralidade, mas apenas realçar o perfil relevante dessa estrutura que é a seletividade em que o pesquisador deve estar sempre atento para não deslizar sobre o relato e o seu objetivo interior ao autor.

A figura do memorialista adquiriu um sentido relevante para a compreensão da escrita da história, tendo em vista que ele estará narrando através de seu entendimento das relações sociais se identificando com aquela história e se colocando como herdeiro daquela cultura. Suas escolhas irão revelar suas preferências, indicando certas rupturas e silêncios, o que podemos perceber através de Montenegro¹³:

Está aí um livro dos mais importantes para os pesquisadores (...). Importante principalmente porque retrata vívidos momentos de nossa história vivenciados pelo escritor e por muitas pessoas de nossa cidade, além de trazer à baila lendas e fatos que nortearam a nossa formação política, administrativa e cultural. (...) útil e oportuna por se apresentar como contribuição das mais valiosas aos esclarecimentos de questões ainda hoje obscuras e malcontadas. [MONTENEGRO 1996, p. 5]

Como já demonstramos ao longo de todo o trabalho, as questões culturais estão aventuradas na relação de Poder e Cultura, onde as disputas regionais se interpõem umas as outras, diante das vias políticas e econômicas. Sendo assim, através dessa abordagem da história cultural analisamos as pluralidades das fontes como um novo desafio para o direcionamento historiográfico, revelando o complexo trabalho de acordo com as sensibilidades destas, seus regimes de historicidades; a influência do imaginário e das ideologias; a dinâmica do movimento histórico; as reconfigurações das temporalidades presentes em cada obra; as pressões do imediatismo e suas relações com o passado; e tudo isso sem perder de vista a avaliação da história como um processo que se complementa, e não como mentora de fatos isolados ou propulsora de uma narração através de uma linha do tempo.

Trazemos então para o debate as influências e a importância da história cultural para com estes recursos que adentram o universo da pesquisa, como forma de alargar esse tecido histórico que

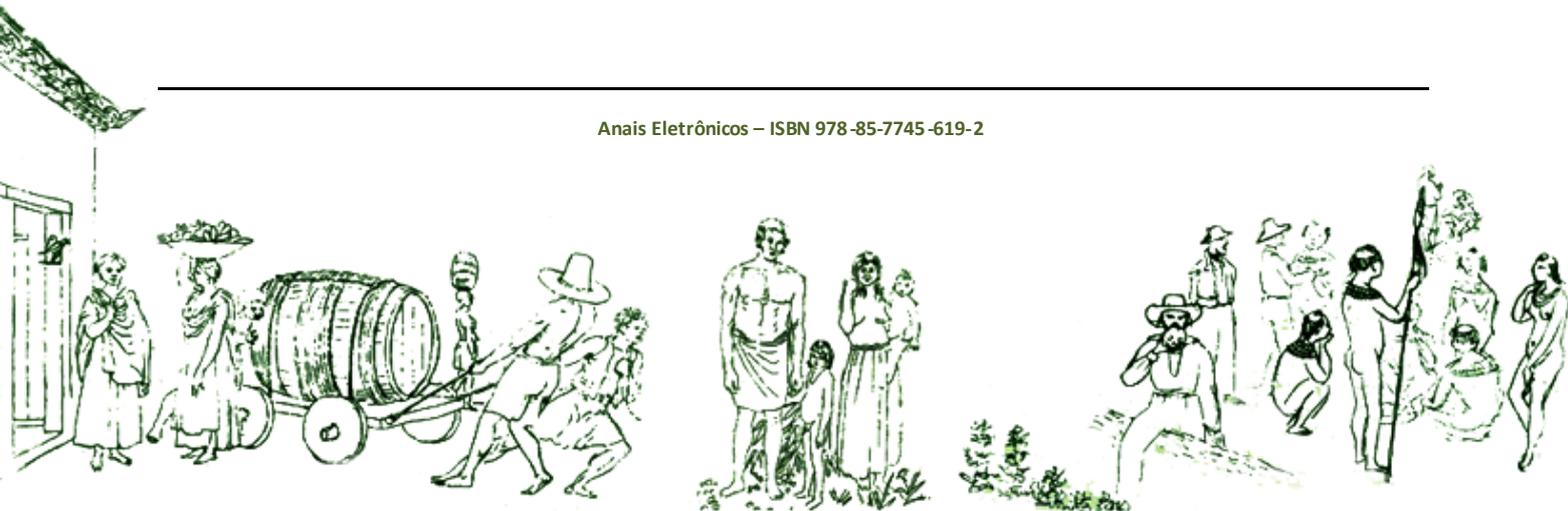


constantemente está sujeito as pressões do presente, onde muitas vezes, as perguntas do passado não mais problematizam ou respondem esse conjunto de dados históricos no entendimento sobre os recortes que se consagraram ao longo do tempo. Aos poucos, a razão histórica vai sendo transportada para a prática de o novo olhar ou do olhar novamente sob outros ângulos, interligada ao campo das representações, permitindo assim uma reorganização do entendimento memorialístico, acadêmico e do senso comum, onde as consagrações históricas, as apropriações identitárias e as lacunas dão espaço ao reconhecimento do outro que foge as nossas linhas mestras, aos nossos paradigmas, a hegemonia histórica.

Algumas questões já levantadas são as possibilidades de pesquisa referentes à análise do impacto dessas produções (no caso, os memorialistas) na própria cidade e na vida das pessoas dessa região, a demanda desses materiais nas livrarias, o levantamento das localidades abarcadas por este tipo de escrita, entre outras, como forma de alargar o tratamento dessas fontes para as escolas e a comunidade, rompendo as barreiras da academia e melhorando o acesso a história local, a história paraibana.

Buscamos assim através dessas fontes como as obras dos memorialistas, a tradicional documentação oficial e as produções da imprensa, estreitar os laços que compreendem o “fenômeno” da educação oitocentista, tendo em vista todas as dificuldades em relação à carência com as fontes para esta temporalidade. E de acordo com as escala de espaço e tempo, poderemos através dessas novas percepções construir uma maior transmissão entre as produções historiográficas - como, por exemplo, entre os historiadores e os memorialistas -, ampliando as lentes, atendendo as novas codificações, permitindo a interação não para a formulação de um mercado cultural ou a construção de um novo símbolo ou novos mitos e consagrações, mas para um resultado mais amplo dos valores culturais que perpassam sobre as mais diversas perspectivas da Cultura Histórica.

¹ Para uma análise dos jornais do dezenove na Paraíba ver: SOUZA, Thiago Oliveira de. *A Instrução Paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)*. Monografia. João Pessoa: UFPB. 2010.



- ² Sobre o desenvolvimento desse “movimento nacional” na sociedade brasileira, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no regime imperial, agiu diretamente nas diretrizes desse novo comportamento social. O Instituto Histórico Geográfico Paraibano seria criado apenas na República.
- ³ Para um entendimento mais amplo sobre a formação do corpo docente brasileiro ver: MENEZES, José Rafael de. *O Mestre-Escola brasileiro*. Coleção Recife, PE. 1982. Ed. Conselho Municipal de Cultura.
- ⁴ Para uma atividade memorialística da cidade de Mamanguape ver: Costa, Severino Ismael da. *Caiçara – Caminhos de Almocreves*. João Pessoa, Paraíba. Micrográfica, 1990.
- ⁵ A citação está em Costa, Adailton Coelho. *Mamanguape, a Fênix Paraibana*. Campina Grande, GRAFSET LTDA, 1986.
- ⁶ Ver em FLORES, Elio Chaves. *Dos Feitos e dos Ditos: História Cultural Histórica*. In: Saeculum. Revista de História - UFPB. Vol. 16. Jan./Jun. 2007.
- ⁷ Tendo em foco um retrato da opinião pública num sentido muito polissêmico, levando em consideração que uma relevante parcela da população não estava alfabetizada, e que a educação encontrava-se centrada na mobilização do ambiente elitizado, onde em raras exceções encontram-se o acesso de pessoas pobres e livres a esta realidade – já que como a base do sistema de produção era a escravidão, ser livre importava muito mais do que a condição financeira.
- ⁸ Expressão apresentada na obra de Morel, Marco. Barros, Mariana Moreira de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ⁹ A trilha de ferro foi para muitas cidades o fervor do desenvolvimento comercial, já para outras se demonstrou como o momento de decadência, como por exemplo, a cidade de Areia – ver: Almeida, Horácio de. *Brejo de Areia – Memórias de um Município*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1980. 2ª edição.
- ¹⁰ Esse relacionamento com a província pernambucana atrela-se aos resquícios da anexação paraibana a esta região, além da formação dos seminários e do curso de direito, instalado em Olinda, e transferido para Recife em 1854. Isto é, boa parte da elite paraibana estava se formando em territórios pernambucanos; além dessa migração para a província vizinha, existiam também os que viajavam para o exterior (a Europa) para realizar seus estudos, e que depois retornavam para abrilhantar a cultura de sua terra natal.
- ¹¹ Muitos dos envolvidos com a instrução pública pertenciam a outros quadros profissionais, principalmente no plano político, como podemos observar nas seguintes afirmações: “Diogo Velho candidata-se a deputado geral em 1857, pelo partido conservador, disputando o pleito com o professor de latim Joaquim da Silva, candidato do partido liberal”; “Apenas um deputado – Francisco Xavier Júnior - que não era político, embora um nome consagrado de educador” em ALMEIDA 1980, p. 44 e 46, respectivamente. Percebe-se a forte relação entre a educação e a política, mesmo que queira se preservar a importância do papel educacional.
- ¹² Referência retirada da obra ALMEIDA 1980, p. 82, aludindo a Lei nº 8, de 8/11/1841.
- ¹³ Ver Montenegro, Antônio. *Síntese da História de Bananeiras*. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

